



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/10730>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v16i26.10730>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 16 | N. 26 | Jun., 2022, pp. 283-304

Submissão: 26/07/2021

Aprovação: 13/03/2022

## “... É BEM ULTRAPASSADO ISSO AQUI NA VERDADE”: JOVENS SECUNDARISTAS E SUAS CONCEPÇÕES DE GÊNERO

### “... THIS IS WAY OUTDATED IN TRUTH”: HIGH SCHOOL STUDENTS AND THEIR GENDER CONCEPTIONS

Roney Polato de CASTRO  

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF <sup>1</sup>

Ana Carolina Mercês COURA  

Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais – SEE-MG <sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo discute as concepções de jovens secundaristas de uma escola pública do interior de Minas Gerais sobre relações de gênero. A discussão se produz a partir dos dados de uma pesquisa de mestrado em educação, cujo objetivo foi construir espaços de produção narrativa com essas/es jovens, com foco em suas concepções e modos de viver e pensar gênero, sexualidade e juventude em um contexto de intensa disputa discursiva produzida pelo programa “escola sem partido”. Aspectos como trabalho e ambiente doméstico, noções de instinto e atitudes masculinas e femininas, maternidade e paternidade atravessam as narrativas, possibilitando investir em uma análise de inspiração pós-estruturalista dos discursos e da linguagem como produtores de sujeitos e saberes, o que perpassa a desconstrução de perspectivas binárias de gênero. As experiências das juventudes se constituem, portanto, a partir dos modos como as concepções de gênero são negociadas no cotidiano das/os jovens.

**Palavras-chave:** Relações de gênero. Juventude. Narrativa. Educação.

**Abstract:** *The article discusses the conceptions of high school students from a public school in the interior of Minas Gerais about gender relations. The discussion is based on data from a master's degree research in education, whose objective was to build spaces for narrative production with these young people, focusing on their conceptions and ways of living and thinking about gender, sexuality and youth in a context of intense dispute discourse produced by the school program “escola sem partido”. Aspects such as work and domestic environment, notions of instinct and male and female attitudes, motherhood and fatherhood constitute the narratives making it possible to invest in a post-structuralist inspired analysis of discourses and language as producers of subjects and knowledge, which permeates the deconstruction of binary gender perspectives. The experiences of young people are therefore constituted based on the ways in which gender conceptions are negotiated in the daily lives of young people.*

**Keywords:** *Gender relations. Youth. Narrative. Education.*

<sup>1</sup> Doutor em Educação. Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Integra o GESED - grupo de estudos e pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade. *E-mail:* [roneypolato@gmail.com](mailto:roneypolato@gmail.com)

<sup>2</sup> Licenciada em Ciências Biológicas. Mestra em Educação (PPGE/UFJF). Professora da rede estadual de ensino de Minas Gerais. *E-mail:* [ana.merces@hotmail.com](mailto:ana.merces@hotmail.com)

Este artigo apresenta algumas das discussões que compõem uma dissertação de mestrado em educação (COURA, 2019), cujo escopo se volta para as narrativas de jovens estudantes secundaristas de uma escola em uma cidade do interior de Minas Gerais e seus saberes, experiências, modos de pensar gênero, sexualidade e juventude. O interesse pelas narrativas das/os jovens secundaristas se deu em função da identificação de um cenário atual de disputas e tensionamentos nos debates sobre relações de gênero e sexualidades, considerando, especialmente, a disseminação do programa escola sem partido (ESP). Portanto, um dos objetivos da pesquisa era problematizar possíveis relações entre as narrativas de jovens secundaristas e esse cenário, buscando analisar marcas discursivas relativas às ideias e propostas do ESP. A ideia era mostrar, naquilo que os/as jovens narram, o que se diz sobre o ESP, quais efeitos e problematizações são possíveis de se pensar, tomando tal ação para “dar sentido ao que somos, ao que nos acontece” (LARROSA, 2002, p. 21). Pensamentos e olhares que enxergam o sentido ou o sem-sentido naquilo que vislumbram, mas que também se permitem produzir novos efeitos, pensar de outro modo, ensaiar novos olhares, explorar novos sentidos.

O ESP tem a primeira data de registro no ano de 2004, quando seu site oficial<sup>3</sup> foi veiculado. Miguel Francisco Urbano Nagib, advogado e procurador do estado de São Paulo, define-se como coordenador do movimento<sup>4</sup>. O ESP é uma iniciativa organizada basicamente em duas frentes: o movimento Escola sem partido e o anteprojeto de lei idealizado pelo próprio movimento. O ESP tem articulações em sites e nas redes sociais, divulgando os seus ideais na internet, utilizando maciçamente recursos de imagens e vídeos para apresentar os seus pontos de vista. São algumas das características que fundamentam os discursos do ESP: apontam para uma “doutrinação” e para uma “contaminação político-ideológica” que ocorre nas escolas, posicionando-se fortemente contra elas. Trata-se de um movimento composto por “estudantes e pais” que defende que sejam respeitadas as convicções dos pais, ou seja, a instituição familiar é essencial para a maneira como se compreendem enquanto movimento. Outra característica do ESP é a não “vinculação política, ideológica ou partidária”, pois o movimento defende uma escola “livre e neutra”, “plural” (COURA, 2019).

Para a condução da pesquisa, foi escolhida uma escola pública estadual que se mostrou receptiva ao diálogo com a proposta de pesquisa. Foi realizado contato com a direção da escola,

<sup>3</sup> Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

<sup>4</sup> Numa aproximação mais atual com o site do ESP, constatamos a seguinte frase: “O adeus do fundador”, seguida da seguinte mensagem: “Anuncio com tristeza o fim da minha participação no Movimento Escola sem Partido. Cessa, a partir de hoje, a atividade dos canais do ESP sob minha responsabilidade. Brasília, 22 de agosto de 2020”. Junto à mensagem, há um vídeo em que Miguel Nagib explica o porquê de seu desligamento das atividades do ESP. Cientes disso, manteremos as referências ao site e a esse movimento conforme foram analisadas no momento da realização da pesquisa que dá origem a este artigo.

obtendo permissão para a realização da investigação. A decisão sobre quais estudantes seriam convidadas/os a participar se deu especialmente junto a uma professora já conhecida, durante uma conversa na escola em que foram expostos o tema e os objetivos da pesquisa. Durante a conversa sobre possíveis turmas e estudantes que poderiam participar do processo, algo nos chamou a atenção. A professora em questão perguntou à outra, que estava no local da conversa, se determinado aluno era ou não gay. Iniciou-se então uma conversa entre as duas, em que se questionavam uma a outra sobre a orientação sexual do rapaz em questão, buscando vestígios ou evidências que pudessem resolver a dúvida. Em seguida, após dar continuidade a conversa, ficou estabelecido que seria importante convidar estudantes de uma turma do segundo ano do Ensino Médio, na qual havia um estudante trans. Segundo a professora, esse fato poderia ser uma ótima possibilidade a ser explorada na pesquisa.

A conversa na sala dos professores e a escuta das falas das professoras, nos faz pensar sobre o lugar das pesquisas sobre gênero e sexualidade na escola, e mais ainda, sobre as concepções sobre gênero e sexualidade que circulam não apenas nesse contexto, mas no senso comum que habita o cotidiano. A pesquisa parece visibilizar certas relações ali estabelecidas, que até então estavam naturalizadas, como o inquérito sobre a possibilidade de um estudante ser ou não gay. Tal fato parece se aliar a uma concepção de pesquisa como algo que tem por função responder às questões que afligem o cotidiano escolar. Em se tratando das sexualidades, e em menor medida das relações de gênero, aflição, dúvida, angústia, conflitos são sentimentos comumente encontrados, os quais podem tanto se constituir como abertura para a pesquisa, quanto negativa e consequente impossibilidade de realizá-la, especialmente se considerarmos um contexto atual de enfrentamentos que tem as questões de gênero e sexualidade como disparadoras de um debate público recheado de conflitos.

Após a conversa com a professora, também nos questionamos: o que qualificaria a presença de um estudante trans em uma sua turma como a “turma ideal” para a pesquisa? Novamente, associamos ao contexto de tensões que vem constituindo o debate sobre a legitimidade e legalidade das discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas e também à ideia de que a escola se constitui como um espaço de reivindicações e demandas de outras instituições sociais e das/os próprias/os estudantes, um currículo que vai se configurando a partir do que chega à escola com as/os estudantes. Podemos argumentar que essas questões sempre estiveram nas escolas, como elementos de assujeitamento e silenciamento de experiências, especialmente àquelas consideradas dissidentes da

cis-heteronormatividade<sup>5</sup>, mas também como elementos de resistências, de transgressões que estão nas narrativas, nos comportamentos e nas marcas que os corpos carregam para dentro das escolas, constituindo a reivindicação por outras práticas pedagógicas, outros currículos. Como foi possível acompanhar posteriormente à conversa com a professora, a presença de um estudante trans mobilizava um jogo de relações de saber-poder que colocava uma novidade para a escola ao mesmo tempo em que a convocava a responder uma urgência, já que novas narrativas passaram a se incorporar no seu cotidiano.

Obtido o aceite e a autorização dos/as responsáveis pelas/os estudantes, foram realizadas oito entrevistas narrativas, na própria escola, tendo a participação de nove estudantes do Ensino Médio regular diurno, já que duas estudantes desejaram participar em dupla. O quantitativo não estava posto a princípio, mas foi se constituindo a partir das possibilidades que aquele contexto nos dispunha, considerando também a disponibilidade das/os estudantes para as entrevistas. Cabe ressaltar que as/os participantes pertenciam a turmas diferentes, ao contrário do proposto inicialmente pela escola, tendo em vista as contingências do processo investigativo na relação com o cotidiano escolar. O roteiro das entrevistas continha blocos de questões, os quais tinham como foco concepções de juventude e suas instâncias formativas; concepções e relações de gênero e sexualidade; relações entre ser estudante secundarista e as dinâmicas escolares.

A opção pelas narrativas, como elementos de regimes de enunciabilidade, diz das práticas discursivas como produtoras de significados, que criam, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto de enunciação, circunscrevendo o que o sujeito pode dizer de si mesmo (LARROSA, 1994). Por meio da narrativa, como argumenta Sandra Andrade (2012, p. 175), “é possível reconstruir as significações que os sujeitos atribuem ao seu processo de escolarização, pois falam de si, reinventando o passado, ressignificando o presente e o vivido para narrar a si mesmos.”. De acordo com a autora, operar com narrativas pode fazer reviver sentimentos, remexer o ainda não dito, recobrar emoções vividas. Por meio das narrativas podemos ter informações acerca do vivido e tomá-las como objetos de problematização. Nesse sentido, questões sobre gênero, sexualidade e juventude - o que é dito sobre essas questões, ou o que é dito quanto a determinadas formas de se pensar dessas/es jovens - podem se tornar elementos de uma pesquisa. Nos momentos das entrevistas, observamos que as narrativas

<sup>5</sup> A matriz cis-heteronormativa se dá pelo conjunto de práticas socioculturais que estabelecem como “naturais” e “normais” a cisgeneridade e a heterossexualidade. Resumidamente, a cisgeneridade pode ser entendida na correlação direta entre sexo biológico (macho/fêmea) e gênero (homem/mulher, respectivamente); já a heterossexualidade pode ser entendida na correlação direta entre homens e mulheres terem orientação afetivo-sexual apenas por pessoas do gênero oposto. A cis-heteronormatividade é essencialmente binária.

estavam carregadas de sentimentos e emoções, demonstrações de raiva, de inconformidade, de alegria, medo, tristeza, vergonha. O jogo discursivo que compõe a entrevista afetou tanto as/os jovens quanto quem conduzia a pesquisa.

Considerando o contexto da pesquisa, as narrativas possibilitaram que os sujeitos (re)significassem suas trajetórias escolares, (re)escrevendo suas histórias e identidades (ANDRADE, 2012). Daí o entendimento de que são entrevistas-narrativas e de que através e a partir de narrativas as experiências podem ser produzidas e pensadas. Ou seja, as narrativas possibilitam investigar os modos pelos quais esses/as estudantes se constituem enquanto sujeitos de gênero, de sexualidade, sujeitos jovens. As narrativas da experiência desses sujeitos são constitutivas da própria subjetividade (CASTRO, 2014), possibilitando assim problematizar sentidos e significados de sua própria constituição.

Para o presente artigo, foram selecionadas as análises que problematizam os modos como as/os jovens participantes da pesquisa percebem, pensam, lidam com as questões de gênero em seus cotidianos familiares e outras experiências sociais. O referencial teórico que nos apoia nas análises são, centralmente, os estudos pós-estruturalistas de gênero. O texto se organiza em duas seções, que buscam apresentar e discutir as falas das/os jovens, tendo em vista as provocações para pensar as questões de gênero como constituídas por certas discursividades produzidas em contextos históricos e sociais específicos, bem como os sujeitos como constituídos por esses discursos.

## **ENTRE “INSTINTO MATERNO” E “INSTINTO PATERNO”, DISCURSIVIDADES BIOLÓGICAS E GÊNERO**

Para Joan Scott (1995) não existe um tipo de clareza ou coerência para gênero enquanto um conceito, no entanto, seu uso comporta determinadas posições teóricas e referências relativas às relações entre os sexos. O uso do termo gênero como descolado do sentido de sexo (masculino, feminino) é uma ferramenta para destacar o caráter fundamentalmente social e histórico das distinções baseadas na materialidade do corpo (SCOTT, 1995). É também uma forma de demonstrar rejeição a um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo e características biológicas. Segundo essa definição, o gênero “é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 14).

Gênero também é usado para demonstrar as relações sociais entre os sexos, quer dizer, não se refere simplesmente às entidades “homem” e “mulher”, mas às *relações* que se estabelecem entre essas entidades. Joan Scott (1995, p. 28) apresenta a ideia de gênero pensando-o como “um elemento

constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, e também como “uma forma primeira de significar as relações de poder”.

Assim, a categoria gênero toma forma enquanto uma ferramenta analítica, mas principalmente política, ao pensar o social através da linguagem e das representações, ao pensar as práticas sociais e sexuais atribuídos a homens e a mulheres, ao pensar corpo/sexo, gênero e sexualidade como construções histórico-culturais (LOURO, 1997). Conforme Guacira Louro (1997) destaca, não há a pretensão de negar que o gênero seja construído com ou sobre corpos sexuados, ou seja, mas sim a pretensão de enfatizar a construção social e histórica das características biológicas. Portanto, não há uma relação simples ou direta entre sexo e as relações sociais de gênero. O uso do gênero coloca ênfase “sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1995, p. 14).

O conceito de gênero pode ser usado na manutenção e na produção de masculinidades e feminilidades, mas também na sua desconstrução e desnaturalização (BUTLER, 2014). O mesmo mecanismo que produz e naturaliza o gênero poderá desconstruí-lo e desnaturalizá-lo. Dessa forma, podemos pensar que o gênero não é exatamente o que alguém “é”, ou então o que alguém “tem”, mas sim “um aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume” (PEREIRA; RODRIGUES, 2017). Supor que as matrizes “masculino” e “feminino” por si só dão conta do que é o gênero é perder de vista que o “masculino” e o “feminino” em si mesmos são efeitos de uma contingência, e que as várias possibilidades para o gênero que não se enquadram dentro de uma suposta coerência binária são tanto parte do gênero quanto constitutivo de seus limites (BUTLER, 2014).

Com a intenção de problematizar as concepções de gênero das/as jovens participantes da pesquisa, durante as entrevistas foram apresentadas palavras-chaves e expressões associadas a dois quadros, cujos títulos são “Homens” e “Mulheres”, os quais foram elaborados pensando no senso comum, como o que é comumente atribuído às “características dos gêneros”. Foi solicitado então que cada jovem lesse os quadros de forma livre e se expressasse acerca de suas sensações e sentimentos a partir das palavras elencadas.

Quadro 1

Homens	Mulheres
heterossexual; fisicamente apto; corajoso; forte; no controle; ativo; sexualmente experiente; prontidão sexual; fala firme; não	heterossexual; fisicamente fraca; dócil; frágil; delicada; discreta; passiva; sexualmente inexperiente; romântica;

demonstra emoções; sabe se defender; não chora; trabalhador; provedor; não comete erros; competitivo; bem sucedido; dominante em relação à mulher.	demonstra as emoções; não sabe se defender; comunicativa; cuidadora doméstica; forte instinto materno; submissa em relação ao homem.
--	--

Fonte: COURA, 2019

Nas narrativas produzidas, encontramos tensionamentos a concepções clássicas que regem as relações de gênero e as definições do que é ser homem e ser mulher. Iniciamos com a fala de Mariana<sup>6</sup>, que coloca em questão a noção de que homens são naturalmente trabalhadores e provedores:

*Mariana: (...) É, mulheres trabalham. Mulheres proveem sabe. Tipo, aqui na escola, você pode chegar na sala e perguntar “quem aqui é filho de mãe solteira?”, um monte de gente vai levantar a mão. Sabe, um monte de gente tem só a mãe pra sustentar o lar. Algumas vezes tem irmãos, algumas vezes não tem irmãos, sabe, mas não faz sentido essa afirmação.*

Para Mariana, não faz sentido que apenas aos homens sejam associadas às características de “trabalhador e provedor”, enquanto às mulheres se associe o “instinto materno”, porque, segundo ela, mulheres também trabalham e proveem. Sobre a divisão sexual do trabalho no Brasil na última década, Sorj, Fontes e Machado (2007 apud SOUSA e GUEDES, 2016, p. 129) afirmam que “o modelo “tradicional” do homem provedor e da mulher cuidadora vem dando lugar a um modelo no qual as mulheres e os homens se inserem no mercado de trabalho, mas os cuidados com a família continuam sendo responsabilidade primária das mulheres.”.

A pesquisa de Luana Sousa e Dyeggo Guedes (2016) faz uma revisão da literatura sobre o tema, e traz algumas análises e questões sobre dados do PNAD<sup>7</sup> de 2004 e 2014. A pesquisa aponta que os estereótipos de gênero marcam as atividades de trabalho, sendo a masculinidade associada ao trabalho pesado, penoso, sujo, insalubre, algumas vezes perigoso. Também à masculinidade estão associadas a racionalidade e a lógica produtiva e econômica. Já a feminilidade está associada ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência e minúcia; e também ao sentimentalismo, ao lado amoroso, cuidadoso, altruísta.

Ao dizer que “não faz sentido” afirmar que apenas homens sejam “trabalhadores e provedores”, Mariana conduz sua narrativa a partir de suas próprias experiências e saberes. Escola, família, amizades e demais relações sociais aparecem para ajudá-la a formular a sua argumentação. Mariana continua:

<sup>6</sup> Os nomes das/os jovens foram substituídos por pseudônimos, a fim de resguardar seu anonimato na pesquisa. As falas das/os participantes foram colocadas em itálico para diferenciá-las de outras citações ao longo do texto.

<sup>7</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

*Mariana - (...) É foda, eu posso tá exagerando um pouco, mas é muito, é muito mesmo, porque tá, tudo bem que a fêmea que geralmente é... No reino animal num geral, carrega o bebê. Mas não é porque você engravida, porque você tem aquela barrigona, você carrega no seu ventre uma criança, que você necessariamente tenha o instinto materno. Tipo, homens têm instinto paterno. Quer dizer, eu conheço caras, meninos de 15, 16 anos, que falam que o sonho deles é ser pai, sabe? Eu particularmente tenho 16 anos e eu não quero ser mãe. Eu não tenho um forte instinto materno. Então se você olhar pra mim e falar “não, mas um dia você vai encontrar um cara legal, você vai ser feliz assim”, vou? Eu tenho que ter? Sabe?.*

Mariana também recorre ao que sabe sobre o reino animal, sobre machos e fêmeas, sobre as especificidades de um corpo que engravida e amamenta, e argumenta que essa biologia/anatomia não necessariamente obriga a esta ou aquela pessoa papel ou função. Assim, o instinto materno não poderia ser diretamente associado às mulheres apenas pelo fato de serem estas as “fêmeas”, as “mães”, uma vez que segundo ela, se homens podem ser pais, a estes também caberiam o “*instinto paterno*”. Vale pensar também a partir de quais maneiras essa argumentação com base nos “instintos” reforça uma naturalização dessas funções, apagando o contexto sociocultural e histórico para a construção dos gêneros.

Rosely Costa (2002) nos ajuda a pensar em teorias sobre concepção e gravidez e suas relações com gênero, maternidade e paternidade. Sobre os “instintos” materno e paterno, a autora argumenta que a gravidez atua como um marcador de diferença e desigualdade entre as relações de pai e mãe com a paternidade e a maternidade, uma vez que é dada grande importância à gestação da mulher. “Essa importância embasa a noção do amor materno como mais forte, natural e instintivo que o amor paterno” (COSTA, 2002, p. 350). Ainda sobre gestação/gravidez, a autora aponta que a essa diferença, considerada natural/biológica, são atribuídas as concepções da maternidade como uma essência da mulher e da feminilidade, e as concepções da paternidade como um projeto do homem e da masculinidade.

Durante a entrevista, a jovem Mariana questiona essa correlação direta e naturalizada em nossa sociedade e cultura, entre gestação/gravidez e instinto materno. Longe de esgotar o assunto e de indicar responder às próprias perguntas que faz, Mariana elabora em sua narrativa modos de ver e pensar sobre relações de gênero, corpos generificados e as armadilhas que os binários trazem quando disputamos por verdades sobre gênero e sexualidade. Nessa disputa, a discursividade biológica se mantém presente, organizando os argumentos de Mariana. Embora seja colocada sob suspeita a ideia de instinto materno, permanece a ideia de instinto como suporte explicativo, ao dizer que homens têm instinto paterno ou que ela não tem um “forte instinto materno”. Nesse caso, embora possa denunciar as pretensões abrangentes da discursividade biológica, as concepções da estudante mantêm tal



discursividade como fenômeno que distingue homens e mulheres, como se o biológico fosse a base sobre a qual os fenômenos culturais se estabeleceriam.

Linda Nicholson (2000) ao debater o fato de que a categoria “sexo” se manteve como explicativa mesmo após a adoção do termo “gênero” por algumas teóricas feministas, problematiza a ideia de um ente fisiológico dado sobre o qual se estabeleceriam as “influências sociais”. Nicholson (2000, p. 12) distingue a tendência ao determinismo biológico, a qual apregoa que determinadas “constantes da natureza são responsáveis por certas constantes sociais”, de uma tendência ao fundacionalismo biológico, o qual “permite que os dados da biologia coexistam com os aspectos de personalidade e comportamento”, podendo generalizá-los equivocadamente para diferentes sociedades e culturas. Não se trata de invalidar a racionalidade da jovem Mariana, mas de visibilizar a presença de uma discursividade biológica como modo explicativo hegemônico, que resiste aos tensionamentos produzidos pelas teorizações construcionistas contemporâneas, especialmente pelas dificuldades que elas encontram de se incorporar ao senso comum e constituir outros suportes explicativos para os fenômenos vividos por jovens em seu cotidiano.

Outro jovem, Heitor, apresenta argumentos sobre a ideia de “naturalidade” do instinto materno:

***Heitor** - E tipo, esses negócios das mulheres aqui (apontando para o quadro com as características), instinto materno, a cuidadora doméstica, tipo, quando a gente é criança, o cara tá sempre acostumado a ganhar um boneco de luta ou então um carro, as meninas sempre ganham fogãozinho, panelinha, e bonequinha. Pode ser que não, mas já tá se preparando pra quando for adulto, já tá meio que aprendendo a cozinhar, a cuidar de criança, e o cara, ah, sei lá. O cara é meio padrão mesmo.*

Assim como Mariana, Heitor faz uma composição de elementos da experiência que indicam possíveis rupturas com uma regularidade de pensamento que toma a biologia como essência explicativa dos corpos e dos fenômenos a ele associados. Tomando o contexto argumentativo da entrevista, Heitor nos ajuda a pensar e produzir questionamentos acerca das associações naturalizadas entre sexo e construções socioculturais e de gênero: se o natural para o homem fosse ser o provedor, como se explicaria a existência das famílias cuja configuração é a de uma mãe criando seus filhos/suas filhas sem a presença do pai? Como se explicaria o fenômeno do abandono paterno? Se o natural à mulher é o instinto materno, como se explicariam as mulheres que não desejam ter filhos, e os homens que por sua vez, o desejam fortemente? Se há o imperativo da natureza, por que há tanto investimento para a formação de meninas e meninos, através das brincadeiras, por exemplo? Se há o instinto, por que tanta vigilância na manutenção de modelos específicos de maternidade e paternidade? Os argumentos trazidos por Heitor quanto às formas de subjetivação de meninos e meninas durante a

infância, e o posicionamento de Mariana quanto às mães solteiras são elementos que nos fazem pensar na necessidade de discutirmos gênero de forma relacional, atenta às construções sociais das diferenças (e das desigualdades). Quando Heitor afirma que “o cara é meio padrão mesmo”, enquanto reconhece que a mulher está sendo educada desde a infância para o desempenho das tarefas domésticas e da maternidade, ele nos conduz a pensar nas implicações de desconfiarmos do natural, no que é tomado como o mais comum, banal, normal. Heitor se sente irritado em diversos momentos da entrevista, quando expressa indignação e revolta contra o machismo e diversas formas de submissão em que reconhece as mulheres.

### **MACHISMO, FORÇA E FRAQUEZA: “QUEM SUPORTA MAIS DOR?”**

*Heitor – [...] é extremamente machista isso aqui, olha só. O homem, fisicamente apto, no controle, ativo, pô, prontidão sexual, fala firme, não demonstra emoções, claro que demonstra! Deixa eu ver o das mulheres. Ai! Fisicamente fraca, é sacanagem, isso num existe, dócil, é, mulheres são dóceis, eu gosto de mulheres dóceis, mas, não quer dizer que tá certo, frágil, delicada, discreta (lendo em silêncio), cuidadora doméstica cara, nossa eu fico muito puto.*

*Entrevistadora - Com o quê?*

*Heitor - A mulher não tem que ser cuidadora doméstica não, não tem que chegar em casa e “ah o arroz tem que tá pronto”, ela tem que tá, sei lá, lavando os banheiros, os cara também tem que tá fazendo esse tipo de coisa. Eu arrumo a cozinha pra minha mãe, tipo, ela não tem que fazer tudo, e o marido dela também tem que fazer, no caso o meu pai. Essas coisas que impuseram pra mulher fazer é extremamente errado, velho. Ai, submissa, (gritando e tampando o papel contra a mesa) Que isso velho! Submissa em relação ao homem, isso me dá muita raiva velho! Ai que pô, e tem mulher que realmente é muito assim. Mas... (falando calmo novamente) sei lá vai saber...(...)*

Os trechos destacados da entrevista com Heitor trazem vários elementos para pensarmos. Ao falar das brincadeiras de meninos e de meninas e ao questionar nas relações de gêneros o que é “certo e/ou errado”, o que “tem e/ou não tem que fazer”, o que “existe e/ou não existe”, o que é ou não “de homem e de mulher”, o que é ou não ser homem e ser mulher, Heitor fala sobre processos de subjetivação, fala de formação de sujeitos.

Sobre o processo de fabricação dos sujeitos, Guacira Louro (1997) afirma que ele é continuado, geralmente muito sutil, quase imperceptível. Os processos de subjetivação se dão especialmente nas práticas cotidianas para os quais quase não direcionamos olhares atentos e questionadores. “São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A

tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como ‘natural’ (LOURO, 1997, p. 63).

Heitor reconhece nas brincadeiras da infância uma construção social de gêneros, embora as brincadeiras de menino confluam para um “*cara padrão*”. Também reconhece machismo e uma relação de desigualdade entre gêneros, mas toda a sua narrativa se baseia em analisar as atitudes e as escolhas de vida das próprias mulheres, e não dos homens ou de outros sujeitos e instâncias sociais que colaboram para esses machismos e desigualdades.

Entender que o gênero está além do desempenho de “papéis” ou de “funções”, mas que implica também em uma identidade significa afirmar que o gênero é em si um constituinte do próprio sujeito. Conforme Louro (1997) diz, “admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros” (p. 25). Ou seja, são estas práticas e instituições que “fabricam” os sujeitos, ao mesmo tempo em que são pelos sujeitos constituídas. Assim, o sujeito não apenas desempenha um papel, uma função, mas é o desempenhar em si mesmo que faz deste sujeito homem e mulher, como vemos acontecer, por exemplo, nas brincadeiras “*de menino e de menina*” trazidas por Heitor. São as brincadeiras que, uma vez desempenhadas em si mesmas, generificam e conformam os sujeitos, construindo-os socialmente através de processos educativos específicos.

Na entrevista com Livia e Cristina, outras jovens participantes, ambas concordaram que as associações feitas nos quadros são “*total e completamente machistas*”. Em várias entrevistas os/as jovens apontaram “*machismo*” no quadro de palavras apresentado. Vale pensar, como elas fazem essa associação? De onde vem esse saber sobre o machismo? Rosane Oliveira, Jacqueline Lima e Raphael Gomes (2018) destacam que a questão do machismo está atrelada a elementos culturais, perpetuados através de processos de subjetivação. Nesse sentido, o trabalho aponta para uma concepção de “cultura machista”, ou seja, “modos e padrões comportamentais, assimilados e/ou reproduzidos pelos sujeitos” (p. 68). Uma cultura machista se expressa, portanto, no cotidiano, em comportamentos muitas vezes naturalizados, banalizados. O machismo, enquanto um conjunto de crenças e práticas, possui como princípio orientador a ideia de superioridade daquilo que é entendido como masculino, em detrimento do que é considerado feminino. O seu intuito seria então subjugar, silenciar, desmoralizar e impor uma determinada conduta, dentro dessa perspectiva de superioridade e de discriminação entre gêneros (OLIVEIRA, LIMA e GOMES, 2018).

Livia e Cristina dizem ainda sobre as associações feitas nos quadros:

**Livia** - *Tem a imagem de rótulo pra mim também, porque nem todo mundo é igual.*

**Cristina** - *O que diminui completamente a força que a mulher tem. Cara, o corpo aguenta um nível de dor e no parto, a mulher extrapola esse nível. Só aí eu já falo: “meu filho, cê não vem me chamar de fraca não, porque meu corpo tem capacidade de aguentar mais dor que o seu”. Só um começo, só pra gerar a vida, já é uma coisa completamente que foge da realidade de dizer que um homem.*

**Lívia** - (interrompendo) *Na verdade, uma coisa que um rótulo que eles colocam tem que valer pra vida toda, eles acham que é assim, mas não é.*

**Cristina** - *Não, as mulheres são fortes, são capazes e os homens choram também, eles ficam tristes, eles têm depressão, eles se sentem diminuídos.*

**Lívia** - *Gente. É tudo ser humano, é tudo a mesma coisa.*

Lívia começa dizendo que os quadros que acabara de ver são como “rótulos”. Ao dizer que “nem todo mundo é igual”, parece dizer que não basta definir o que é ser homem e ser mulher considerando as características colocadas no quadro, uma vez que as pessoas podem ser diferentes umas das outras e, portanto são várias as possibilidades de se combinar as palavras-chave e expressões que estavam ali pré-determinadas aos sujeitos. No entanto, pouco depois Lívia fala “é tudo ser humano, é tudo a mesma coisa”, o que já traz uma concepção de universalidade. Como podemos pensar em uma identidade que nos universaliza enquanto “pessoas”, “seres humanos”, ao mesmo tempo em que buscamos identificações que nos particularizam e diferenciam - como as identidades de gênero? Seria possível conciliar esses dois modos de pensar - somos todos diferentes/ somos todos iguais?

Joan Scott (2005, p. 14) argumenta na impossibilidade de conciliar esses dois modos de pensar. Argumenta também que “igualdade e diferença não são opostos, mas conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão”. O que se busca não é propriamente uma “igualdade”, em termos de “homogeneidade”, quer dizer, um “apagamento das diferenças”. Corroboramos Joan Scott quando afirma que “a igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração” (SCOTT, 2005, p. 15).

Assim, não basta inverter polaridades dentro de uma matriz binária de gênero (por exemplo, pensar então que “mulher é mais forte que homem”). Precisamos problematizar como o quesito “força” se expressa nos sujeitos, em seus modos plurais e diversos de expressão, em narrativas e linguagens próprias, com suas subjetividades. O quesito “força” e tantos outros trabalhados nas entrevistas se mostraram intimamente relacionados aos processos de subjetivação dos/das jovens, que puderam mostrar então suas negociações com diversos significados culturais.

No trecho da entrevista destacado, podemos perceber que Cristina, por sua vez, começa apontando a questão da “força”, que no quadro está associada aos homens, enquanto às mulheres estão associadas às qualidades de “frágil e delicada”. Ao fazer desta forma, se “*diminui a força que a mulher tem*”. Percebemos aqui a armadilha construída pela matriz binária de gênero.

Interessante que Cristina se utiliza de uma questão biológica como a gestação para justificar sua narrativa de que mulheres são fortes. Essa narrativa é diferente do que Costa (2002) discute em seu trabalho, onde determinadas teorias e pontos de vista relacionam a fragilidade e a docilidade feminina justamente ao entendimento da gestação como “natureza essencial” da mulher/do corpo feminino. Em sua narrativa, Cristina constrói a sua argumentação a partir do entendimento de que é a experiência de viver em um corpo que pare que fornece à mulher a sua força, pois mulheres “*suportam até mesmo mais dores que os homens*”. Esse estreitamento entre a anatomia e o gênero, no entanto, não aparece para sustentar as diferenças em outros momentos, pelo contrário: as experiências de ser homem e ser mulher são homogeneizadas por Cristina.

Se há uma anatomia que faz com que mulheres sejam fortes, a anatomia “masculina” traria também implicações às experiências de ser homem? Se a “natureza” da gestação traz força para as mulheres, teria algum evento biológico/fisiológico que traria força para os homens? Quais? De que maneiras? Ao dizer que homens choram e se deprimem - da mesma forma que as mulheres - em contraponto à ideia de que homens seriam “naturalmente fortes”, onde caberia a anatomia nessa relação? Nessa lógica, seriam então choro e depressão sinais de “fraqueza”? Se a anatomia servir para justificar mulheres serem fortes, de que maneiras ficariam os argumentos que justificam a força dos homens com base também na anatomia e na fisiologia? Mais ainda, quais as concepções de força que são possíveis de se pensar? A força está na biologia? Em uma “essência” do gênero, no comportamento? Estamos falando de que força? Força física, emocional, força de trabalho?

As armadilhas dos binários residem nessas questões também. Ao polarizar homens *versus* mulheres, força *versus* fraqueza, biologia *versus* cultura, perdemos de vista infinitas possibilidades e modos de ser e viver dos sujeitos. A problematização aqui está em pensarmos como que, independente da maneira pela qual os jovens e as jovens narraram suas concepções de força, esta se manteve um valor desejável. Independentemente do que disseram sobre biologia e anatomia, a crença de que há uma verdade em uma essência da natureza também se manteve. Mesmo entendendo os mais variados contextos e particulares experiências de vida para cada ser humano, os/as jovens também se mantiveram buscando, em suas narrativas, um lugar para as verdades universais e para as experiências uniformizadoras.

Indo agora para a narrativa de Leila, a ideia da “força masculina” aparece para além de uma “força física”, relacionando-a com a ideia de proteção também dentro de uma estrutura familiar.

*Leila - Eu acho que assim, ser mulher e ser homem hoje em dia não tem forma. Entendeu, eu acho que tudo o que uma mulher faz, um homem faz, ou então tudo o que um homem faz, uma mulher faz. Assim, mulher ainda é um pouco mais baixo do que homem, o homem tem esse negócio de ser machista é, de ser mais homem e tal, mas assim, acho que num tem diferença dos dois.*

*Pesquisadora - Esse mais baixo que você falou você quer dizer o quê?*

*Leila - Assim, o homem sempre foi aquele tal do homem, sempre foi o mais forte, né? O homem sempre foi assim, mais o macho da casa, o protetor e tal. Eu acho que hoje em dia não tem isso, hoje em dia, mulher também tem muito, manda muito, igual na minha casa.*

Em várias narrativas os/as jovens trouxeram reflexões e questionamentos sobre ser homem, ser mulher, o que faz alguém ser homem e ser mulher, a partir das relações que puderam fazer e falar quanto aos quadros que estavam vendo, a partir de suas próprias vidas, de seus próprios lugares. A entrevista-narrativa possibilitou que Leila pensasse e fizesse determinadas associações, que narrasse a partir de suas próprias experiências, “igual na minha casa”, ela diz.

Leila também negocia significados. Há tensão. Ao mesmo tempo em que diz “*homem hoje em dia não tem forma*”, também afirma uma categoria para o “mais homem”. Ao dizer que “*tudo o que uma mulher faz, um homem faz, ou então tudo o que um homem faz, uma mulher faz*”, penso que Leila acaba por homogeneizar as experiências de homem e de mulher. Junto a essa homogeneização (que é divergente da ideia de igualdade, como já discutido), há também um sentido de oposição entre os gêneros homem/mulher. Quando afirmarmos que o gênero é relacional, não queremos interpretar essa relação como oposição, mas focar justamente *nas relações* - principalmente quando buscamos problematizar os binários, quando buscamos desconstruir essa constituição fragmentada, complexa e instável dos gêneros.

Em sua narrativa, Leila também fala sobre machismo. Heitor, Mariana, Livia e Cristina apontam machismo em distintos momentos nas entrevistas. Como fazem essa associação? De onde vem esse saber sobre o machismo? As concepções e noções que possuem sobre machismo dialogam ou não entre si? O trabalho de análise é justamente para mostrar que, de modos variados, esses e essas jovens possuem e compartilham saberes sobre machismo e tantos outros saberes. Têm seus jeitos particulares de sentir, pensar, desejar, elaborar, narrar. A entrevista-narrativa possibilita, inclusive, que saberes sejam produzidos no momento próprio da entrevista. Heitor fala sobre isso:

**Pesquisadora** - Entendi. Isso tudo que você tá falando agora né, essas reflexões, seus pensamento, você já parou pra pensar onde que você conseguiu ter essas informações, parar pra pensar nisso...

**Heitor** - Tipo, essas perguntas que você tá fazendo agora, eu parei pra pensar só porque você tá perguntando. Nunca parei pra pensar, algumas sim, mas muita pergunta que você tá me fazendo aqui agora ninguém nunca me fez, só você. Tá que pra gente refletir alguma coisa, claro, a gente tem que ter interesse nela, mas eu nunca parei pra pensar ou pra me autoperguntar essas coisas. Tô fazendo isso agora. Por isso que eu não sei responder várias coisas, sai uma resposta diferente, sei lá, estranha, mas nunca parei pra pensar.

A todo momento, ao falar sobre os quadros “homem” e “mulher”, propositalmente elaborados dentro dessa mesma matriz cis-heteronormativa, naturalizada e muitas vezes invisível na nossa sociedade e cultura contemporâneas, os/as jovens estavam também narrando a si. Não apenas construindo saberes sobre relações de gênero e sexualidade, mas também construindo saberes sobre si mesmos/as. Muitas vezes esses saberes se mesclavam nas falas, como por exemplo, quando o participante Diego diz de “*todo homem*” enquanto diz “*a gente*”. Esse trecho mostra como Diego se entende, se identifica, e nos lembra como construir identidade é algo complexo, contraditório, de negociação e tensões com os significados culturais que circulam nas relações sociais.

**Diego** - É, é isso, tipo, do homem como eu disse, não é que seja firme, durão, não demonstra emoções, a gente demonstra emoções, mas a gente quer aparentar ser durão, tipo não liga pra nada, porque quando chega em casa, todo homem chora. Tem alguma coisa que o homem chora, não tem esse negócio de que o homem não chora.

Diego, como os outros e as outras jovens, também fala de força, fraqueza, choro. Apesar de admitir que homem também chora, Diego coloca o choro como uma fraqueza, em oposição ao “homem durão”. Cristina, por exemplo, passa por narrativa semelhante, como já vimos. Ao que parece, as narrativas sobre força e fraqueza são construídas sobre perspectivas que buscam questionar e problematizar a “fraqueza feminina”, mas não seguem tanto nesse sentido ao pensarem o masculino e as masculinidades. A “força feminina”, seja compreendida como a força física da gestação, ou como a força do trabalho e do sustento familiar (financeiro, emocional etc.), está sempre posta em questão – é uma força pensada, investida, construída. Já a “força masculina”, apesar de também trazida em questão por várias narrativas, é muito pouco entendida como também investida e construída.

Retomamos Guacira Louro (1997) ao nos alertar para a necessidade de duvidarmos do naturalizado, do imperceptível, do quase invisível. O masculino e as masculinidades também estão a todo momento constituindo os “processos de fabricação dos sujeitos”, como a autora analisa. Um processo de subjetivação que perpassa (e é perpassado) por “todos” os sujeitos, justamente por

estarmos nos fazendo em uma construção de relações de gêneros, portanto, a todo momento, estaremos nós “em relação a”.

O jovem Luís, outro participante da pesquisa, constrói a sua narrativa sobre força, sobre homens e mulheres fortes, trazendo sua própria família, sua casa, sua mãe e seu pai, para poder refletir. Semelhante a Leila, que diz que “*hoje em dia não tem isso*”, Luís afirma que o quadro e o que nele está representado é “*bem ultrapassado*”.

*Luís - (lendo a folha) é bem ultrapassado isso aqui na verdade. A maioria dos homens hoje em dia são bem mais fracos que as mulheres. A minha mãe, por exemplo cria dois filhos sozinha, com um salário de auxiliar de limpeza, ela direto faz bico direto também, mas ela nunca desistiu, já o meu pai abandonou a gente na primeira oportunidade. Então isso é um pensamento bem ultrapassado, eu acho que muitas mulheres são muito mais fortes, até pelo que elas já viveram hoje em dia.*

Luís nos ajuda a pensar em uma dada estrutura familiar (e até mesmo no entendimento em si de família), a qual está intimamente ligada também ao entendimento de classe. Quais as configurações familiares são possíveis de ser pensadas? Quando instâncias sociais e culturais se influenciam umas às outras, quais as possibilidades de pensarmos gênero, classe e identidades? Quais as concepções de “força” são possíveis pensarmos para uma mulher que sustenta financeiramente a si e aos filhos sozinha, em uma família onde o pai “*abandona na primeira oportunidade*”? A experiência vivida por Luís confronta e negocia com os significados de gênero já estabelecidos. A sua narrativa aponta para um não-homogeneidade: ao usar termos como “*muitas mulheres*” e “*a maioria dos homens*” ao invés de “*todas as mulheres*” ou “*todos os homens*”, Luís parece compreender várias experiências possíveis para os gêneros, no lugar de universalizá-las. A narrativa de Luís também nos mostra a complexidade das negociações de significados para as relações de gênero. Mostra, sobretudo, tais relações como jogos de forças e verdades.

Luís também identifica o “ultrapassado” naquelas definições. Se ele as identifica como “ultrapassadas”, o que seria o contrário disso? Qual o seu entendimento sobre o que é “ultrapassado”? De que modos Luís se entende e se posiciona em relação ao que chama “ultrapassado”? A partir das narrativas e das experiências de Luís, podemos questionar: de que maneiras é possível problematizar as mais diversas “definições” que gêneros e sexualidades recebem, quando é possível que a cada experiência de cada sujeito, se reformule, se recoloca e se redefina estas “definições”, se remodele “classificações”, e até mesmo se abra mão destas, de alguma forma? Aquilo a que chamamos ou não de “ultrapassado” está intimamente relacionado a um contexto histórico-cultural, restrito a um tempo e espaço específicos. O “ultrapassado” é apenas este ou aquele pensamento ou conduta, ou também



todo um conjunto de práticas culturais, as quais não necessariamente irão desaparecer com o passar do tempo ou com um dito “progresso”?

Pensar em gênero dentro de uma oposição binária masculino-feminino acaba por trazer modos de dicotomização e polarização não apenas no que dizemos sobre gêneros e sexualidades, mas também em diversas outras categorizações - nos leva a pensar em termos de certo/errado, normal/desviante, verdadeiro/falso, moral/imoral, por exemplo. Diego, ao falar suas impressões quanto aos quadros “Homem” e “Mulher”, deixa transparecer estes e outros elementos.

***Pesquisadora** - Agora eu vou te mostrar também outra imagem e aí a mesma coisa, você me fala o que você pensa, o que você acha.*

***Diego** - (lendo a folha e rindo) É, aqui já tem um erro. Fala firme, não demonstra emoções, sabe se defender, não chora, aqui já tá um erro.*

***Pesquisadora** - Qual erro?*

***Diego** - Porque homem que é homem de verdade, homem chora também. Sabe se defender, demonstra bastante emoções, mesmo que não pareça, pode ser durão. Ah... Corajoso a gente sempre é... Não, nem sempre tá no controle, ah aqui tem bastantes palavras interessantes... Sexualmente experiente, aí já num sei. Somos bastante trabalhadores, nunca desistir de lutar, comete bastantes erros, bastante competitivo também, querendo ser bem-sucedido, e não existe esse negócio de ser dominante em relação à mulher. Aí tem que ter igualdade, respeito, e tipo, a mesma coisa que um homem pode ter a mulher também pode ter.*

O pensamento moderno foi e é marcado pelas dicotomias. Louro coloca que aprendemos a pensar e a nos pensar dentro dessa lógica dicotômica. Não é tarefa simples abandoná-la. Trabalhar na desconstrução dessa lógica “pode se constituir numa estratégia subversiva e fértil para o pensamento” (1997, p. 31). Essa proposição de desconstruir dicotomias - e, por conseguinte, generalizações - passa por problematizar o que constitui cada um dos polos binários, demonstrando assim que cada um supõe e contém o outro. Cada polo não é uno, mas plural, e também internamente dividido, fraturado, múltiplo. Desconstruir essa binaridade rígida dos gêneros significaria problematizar tanto essa oposição entre um e outro, quanto discutir a multiplicidade interna de cada um (LOURO, 1997).

O pensamento de que “é errado dizer que homem não chora” só faz sentido dentro dessa lógica dicotômica onde, em oposição a essa sentença, está o “certo”. Para justificar seu raciocínio, Diego diz “homem que é homem de verdade” - e completa a sentença - “homem chora também”. Como dizermos do certo e do errado, do verdadeiro e do falso sobre as relações de gênero e sexualidade? Se “homem de verdade chora”, então o homem que não chora é o quê? Que entidades seriam essas então, um “não-homem”, um “homem de mentira”? Quais efeitos possíveis dessa lógica da binaridade e da dicotomia para a maneira como nos entendemos no mundo e para os nossos

processos de subjetivação? Sobre homens e mulheres “de verdade”, quais os perigos de os estabelecermos?

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2004, p. 12).

A história da verdade, em Michel Foucault, não diz respeito “ao valor de verdade daquilo que é afirmado ser verdadeiro, mas à verdade enquanto um valor” (NOTO, 2010, p. 19). Não é o caso, portanto, de problematizar o valor de verdade que possui determinada proposição, discurso ou enunciado, mas sim, problematizar a verdade enquanto um valor implícito ao discurso. Independente de “*homens de verdade*” serem aqueles que choram ou aqueles que não choram, o valor de verdade está implícito. Independentemente do que se pensa ser verdadeiro ou falso, em todas as narrativas havia uma “busca pela verdade”. Francis Wolff (1999) apud Carolina Noto (2010) discute que:

A questão não é mais: o que distingue o discurso verdadeiro do discurso falso?; mas: o que qualifica a verdade ser socialmente desejável? Dito de outro modo: Por que dizer a verdade? O que constrange todos estes discursos ao verdadeiro mais do que a outra forma de legitimidade socialmente reconhecida? (p. 19).

A importância do dizer a verdade está em conhecer os efeitos que este “dizer a verdade” e “conhecer a verdade” proporcionam. Seguindo o que Carolina Noto (2010) apresenta das noções foucaultianas, dizer a verdade não é a preocupação central da pesquisa, nem tampouco o valor principal do trabalho. Tais produções se colocam em relação à verdade, em disputa pela verdade, e não “com a verdade, na verdade”. Ainda assim, inspirando-nos em Foucault, assumimos que é possível estar no verdadeiro, dentro do jogo de verdade que é próprio de uma época, respeitando e violando, concomitantemente, o que está dado (NOTO, 2010). Não dizemos “a verdade”, e sim nos comprometemos a lançar-nos em disputa por ela.

A verdade é deste mundo. Corpo, sexo, gênero, sexualidade, identidade, subjetividade, materialidade: estamos todos e todas dizendo sobre verdades, disputando verdades. Quem diz e o que é dito sobre que é ser “homens e mulheres de verdade”? Quem define, e como define as noções de masculinidades e feminilidades - e até mesmo o uso dos termos no singular ou plural? Olhando para os quadros “homem” e “mulher” que utilizei nas entrevistas, quem compõe os quadros, usando quais características? De onde vêm, e que efeitos geram?

Mariana, ao pensar de onde é que provavelmente “vieram” as características usadas no quadro, nos ajuda a pensar nas construções sociais do gênero, mas também na verdade enquanto valor desejável. Ajuda-nos a pensar também o quanto dessas verdades são possivelmente comprováveis, calculáveis, assim como “dois mais dois é quatro”.

*Mariana - É uma ideia que você literalmente passa pro seu filho, quando você ensina o seu filho a ser homem, ou sua filha a ser mulher, então você passa essas coisas pra eles, e dessa forma eles passam pros seus netos, e assim consecutivamente, eu acho que é uma construção de coisas, sabe, que as pessoas acreditam, de verdade, que sejam verdade. Porque eu conheço gente que, lá na minha sala e de outra sala que realmente acredita nesse tipo de coisa, que fala com a boca cheia que não, mulher, é fisicamente fraca, mulher é românticazinha, submissa em relação ao homem. Sabe... Porque pra mim é muito óbvio. É muito óbvio. É como se você tentasse explicar pra uma pessoa que dois mais dois é quatro e ela não aceita que dois mais dois é quatro! É frustrante você falar olha, tá vendo, dois mais dois é quatro. Pelo amor de deus! E a pessoa, ela não quer, deixa você pra lá.*

Mas quais são as obviedades do gênero? Estas existem? As qualidades que os/as jovens utilizaram para pensar “ser homem” e “ser mulher” foram as mesmas que consideraram para desconstruir diversos pressupostos sobre os gêneros. No trecho acima, Mariana fala sobre processos educativos de negociação com os significados culturais, que podem se perpetuar – as práticas culturais que porventura pensamos “ultrapassadas”, como Luís falou, ou que pensamos como “erradas”, como Diego falou. Ainda assim, Mariana demonstra compreender que os sentidos de “ultrapassado” e “errado” são relativos, subjetivos, culturais, uma vez que podem ser construídos e portando, desconstruídos. Mariana, assim como Heitor, demonstra indignação. Ela se sente frustrada. As negociações e disputas que Mariana mostra nos lembra que o processo de incorporação dessas verdades e significações culturais não é tranquilo. Pelo contrário, as verdades são produzidas através de múltiplas coerções, são instituídas de modos determinados, pois elas apenas fazem sentido e funcionam em certa época e contexto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo buscamos discutir as negociações de sentidos e significados que jovens secundaristas de uma escola pública de uma cidade do interior de Minas Gerais estabelecem quando pensam em questões que envolvem as relações de gênero. O contexto da pesquisa buscou tanto conhecer os saberes e experiências dessas/es jovens, quando provocá-las/os a pensar e disparar um processo de problematizações de si no mundo, nas relações consigo e com os outros. Vislumbrávamos um campo discursivo que habitava o debate público, com foco nas perseguições que o programa

“escola sem partido” instaurava em relação às questões de gênero e sexualidade nas escolas. Porém, as/os jovens não mencionaram o programa, de modo que podemos discutir o alcance do debate público em relação às escolas e a essas e esses jovens. No entanto, podemos dizer que a discursividade que compõe iniciativas como esse programa se fez presente nas narrativas das/os jovens, considerando que elas/es expressaram discursos atravessando seus enunciados – discursos biológicos, morais, psicossociais – materializando determinados modos de viver e de lidar com as questões de gênero em seu cotidiano. Conflitos e tensionamentos constituem a produção desses enunciados.

O contexto da pesquisa e de produção de narrativas pelas/os jovens nos indica também algumas possibilidades de pensar o acolhimento do debate sobre questões de gênero pela escola. A pesquisa nos indicou que há negociações produzidas no contexto escolar, especialmente quando se trata dos modos como os saberes e experiências das/os estudantes tensionam as relações de forças, os currículos e práticas pedagógicas. Ao constituir espaços de escuta, provocados pela metodologia construída na pesquisa, observamos que tais questões parecem ser pouco acolhidas pela escola, sendo por vezes tratadas isoladamente por um/a dos/as professores/as. As falas nos indicam que a necessidade dessa escuta e desse acolhimento se fazem prementes. Primeiro, no sentido de que tais saberes e experiências constituem os sujeitos e suas relações, de modo que se veem interpelados a tomar decisões, agir com os demais, lidar com questões sociais que demandam respostas, as quais poderiam ser articuladas e construídas junto aos currículos escolares. Segundo, no sentido de problematização, colocando sob suspeita as verdades que os/as constituem, de modo a provocar outros movimentos de subjetivação, menos afeitos às normatividades de gênero. Fica, portanto, a provocação para que as escolas continuem a discutir seus processos educativos enquanto formas de inserção dos sujeitos no mundo, conduzindo a rupturas em modos de agir, pensar e lidar com a cultura e as relações sociais.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. MEYER, Dagmar E.; PARAÍSO, Marlucy A. (Orgs.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. pp. 173- 194.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Caderno Pagu**, São Paulo, n. 42, pp. 249- 274.jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n42/0104-8333-cpa-42-00249.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CASTRO, Roney Polato de. **Experiência e constituição de sujeitos docentes**: relações de gênero, sexualidades e formação em Pedagogia. 2014. 258 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2014.

COSTA, Rosely Gomes. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 2, pp. 339- 356. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/WK3fcbGQkXxkGygZtFgGhzd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

COURA, Ana Carolina M. **Pensando gênero, sexualidade e juventude em tempos de “escola sem partido”**. 2019. 159 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: Silva, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994, pp. 35-86.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: n. 19, v.1, 2002, pp. 21-29. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação** - Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. 179 p.

NOTO, Carolina de Souza. Vontade e Verdade em Foucault. **Philosophos**, Goiânia, v. 15, n. 2, pp.11-28. Jul./Dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/9084/pdf>. Acesso em: 03 abr. 2021.

OLIVEIRA, Rosane Cristina de; LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro; GOMES, Raphael Fernandes. Machismo e discurso de ódio nas redes sociais: uma análise das “opiniões” sobre a violência sexual contra as mulheres. **Revistas Feminismos**, v. 6, n. 1, pp. 67-77. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30363/17895>. Acesso em: 25 mar. 2021.

PEREIRA, Bruno; RODRIGUES, Gelberton Vieira. Quem tem medo do gênero? Pânico moral, desejos dissidentes e pedagogia queer. In: Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero – ABEH e a construção de um campo de Pesquisa e Conhecimento: desafios e potencialidades de nos re-inventarmos, 8, 2017, Juiz de Fora. **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2017, pp. 544–551, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 4, pp. 9-39, 1995.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, pp. 11- 30, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/H5rJm7gXQR9zdTJPBf4qRTy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, pp. 123- 139. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.